

A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E SUA LÓGICA EXCLUDENTE

CAPITALIST RESTRUCTURING AND YOUR LOGIC OF EXCLUDE

Eliane Carvalho dos Santos¹

Resumo: Após o fim de décadas seguidas de expressivo crescimento econômico nos países centrais, e um crescimento não tão expressivo nos países subdesenvolvidos, a emergência da crise levou a profundas reestruturações que atingiram os Estados nacionais (com o declínio do *Welfare State* e ascensão do neoliberalismo) e os setores econômicos (com o aumento do poder do capital privado que age livremente em escala global). No Brasil, os impactos dessa crise levaram a escala do desemprego e a geração de processos excludentes a partir da adoção de formas de relação entre capital e trabalho que levam à precarização da condição do segundo - como a flexibilização dos contratos de trabalho, o aumento do emprego informal, da terceirização, entre outras - que foram disseminadas, piorando o quadro de pobreza e exclusão, principalmente nas regiões metropolitanas do país, quadro agravado pela ideologia de "Estado mínimo". Dessa forma, o presente texto relaciona as facetas desse processo de ampla reestruturação capitalista com a escala da exclusão social, principalmente no Brasil.

Palavras - chave: Reestruturação Capitalista; Exclusão Social; Precarização do Trabalho.

Abstract: After the end of decades followed by a huge economic growth in developed countries and a growing not so big in underdeveloped countries, the emergence of the crisis led to deep restructuring that affected the nation states (with the decline of the welfare state and the rise of neoliberalism) and economic sectors (with the growing power of private capital that acts freely on a global scale). In Brazil, the impacts of the crisis led to the scale of unemployment and the generation of mutually exclusive processes from the adoption of forms of relationship between capital and labor that lead to worsening of the condition of the second – as the flexibility of labor contracts, employment growth informal, outsourcing, among others - have been widespread, worsening the symptoms of poverty and exclusion, especially in metropolitan areas, aggravated by the ideology of "minimal state". Thus, this text links the facets of this broad process of capitalist restructuring on the scale of social exclusion, especially in Brazil.

Key - words: Capitalist Restructuring; Social Exclusion; Precarious Labour.

¹ Mestranda do programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente. Endereço eletrônico: elianegeunesp@yahoo.com.br.

Introdução

O tratamento do tema da exclusão social dentro das discussões geográficas apresenta o mesmo caráter inseguro da utilização desse conceito que as abordagens das outras ciências sociais. Isso ocorre porque o conceito de exclusão social é *fluido* e difuso, sendo muito generalizado dentro dos discursos acadêmicos e político, o que atrai a necessidade de uma maior contextualização diante de sua abordagem.

Na lógica do atual modelo econômico global observa-se uma tendência de crescente exclusão social, provocada pelo aumento do poder corporativo do capital privado que atua livremente em escala global, aliado ao esfacelamento do *Welfare State*² no mundo desenvolvido e a ascensão do neoliberalismo nos Estados em desenvolvimento.

Esses fatores em conjunto, ampliam a noção que a exclusão social atinge nesse início de século XXI, onde o fenômeno da globalização, tão comemorado por essa geração, manipulado por essas forças hegemônicas, torna-se mais uma face do modelo excludente.

Com isso, podemos entender um pouco a manifestação da exclusão na contemporaneidade, demonstrada pela utilização das tecnologias e do poder econômico dos agentes privados. É o que o texto a seguir procura elucidar.

Reestruturação capitalista e a ameaça da exclusão social

Devido a várias razões, começa a se disseminar – até nos países ricos – a utilização do conceito de exclusão social para se definir uma sensação de insegurança social cada vez mais evidente diante das recorrentes crises econômicas que abalaram as economias capitalistas após a década de 1970 e, os trabalhadores, por serem o elo mais fraco das alianças sociais, vivem constantemente sob a ameaça do desemprego.

Esse movimento vem em decorrência de processos sócio-econômicos que estão em curso no mundo, intensificados na década de 1980 com a nova fase da internacionalização dos mercados e a integração da economia global, comumente chamada de globalização.

Na esteira desses processos, ocorrem modificações nas estruturas sociais e econômicas que regem o capitalismo global, levando a reestruturações que impactam na renda e no desenvolvimento social de territórios. Nesse sentido, as inovações tecnológicas tornam-se protagonistas, propiciando a integração dos lugares, a concorrência e competição mundializada, diminuindo o trabalho humano na produção, massificando o consumo, etc.

A produção de tecnologias foi muito intensificada nas últimas décadas do século XX, sendo o principal motor da reestruturação capitalista em curso. Isso possibilitou a ampliação da produção, a mundialização do capital e a configuração de um novo sistema de valores em escala global.

Por outro lado, os avanços tecnológicos nas áreas das telecomunicações, transportes, entre outros campos, levaram a uma reconfiguração dos setores econômicos, notadamente o produtivo que, ao ampliar a sua concentração financeira

² O Estado de bem-estar social (*Welfare State*) é um tipo de organização política e econômica onde o Estado assume o papel de provedor dos serviços básicos, como educação, saúde e previdência social, e ator na regulação econômica interna. Sua ascensão ocorreu no Pós-Guerra e seu uso disseminado se deu, principalmente, na Europa, onde a social-democracia foi a corrente política responsável pela manutenção dos princípios desse tipo de Estado.

em grandes corporações apoiada pelos Estados mais ricos, fragmentou-se, passando das grandes empresas integradas verticalmente para as *networks* (redes de empresas), adquirindo uma mobilidade e flexibilidade crescente a partir da fragmentação de suas cadeias produtivas.

Esse processo gerou e ainda repercute em uma crise social ampla que atinge, principalmente, o mundo do trabalho. A velha imagem do trabalhador repetitivo na esteira de produção fordista do clássico “*Tempos Modernos*” de Charlie Chaplin hoje aparece como um sonho irreal, pois aquele trabalho alienante também trazia consigo benefícios adquiridos com séculos de luta dos trabalhadores, o que está cada vez mais escasso diante do poder que o capital privado adquiriu com a crise do *Welfare State*.

Diante desses acontecimentos, o medo da exclusão vem aumentando em países centrais, onde a atuação do Estado de bem-estar social foi marcante e duradora e o regime de regulação fordista (com a aliança entre Estado, empresas e trabalhadores) resultou em um amplo processo de crescimento econômico, com distribuição de renda e desenvolvimento social para suas populações.

Porém, se compararmos o quadro atual dos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento (ou mesmo com os emergentes como China, Índia, África do Sul e Brasil) veremos que os efeitos dessa lógica capitalista contemporânea é insignificante nos primeiros se comparado aos problemas gerados nos segundos.

É claro que quando estamos falando de exclusão social, devemos levar em consideração o contexto socioeconômico do espaço analisado, incluindo a observação dos elementos institucionais (existência de políticas de bem-estar social), econômico (países ou regiões ricas ou pobres, distribuição de renda, etc) e psicossociais (como o entendimento que cada sociedade tem do que seja estar integrado a ela). Essa contextualização se faz necessária, pois estamos trabalhando com um conceito que abarca enormes possibilidades de definição a partir de critérios objetivos e subjetivos, por isso, segundo Dupas, referindo-se a Silver (1995),

O conceito de exclusão social – bem como os de pobreza e desemprego – é uma resposta à necessidade de lidar com algumas características sócio-econômicas surgidas recentemente. Ela enumera, assim, mais de 20 categorias de excluídos, entre eles os sem-habilidades (*skill-less*), os analfabetos, os fora-da-escola, os viciados, os delinquentes, as crianças que sofreram abuso. (DUPAS, 1998 p. 122).

Desse modo, em países onde grande parte da população se sentia integrada (países desenvolvidos) e, devido aos processos que estão transformando os setores econômicos na escala mundial citados anteriormente, agora estão ou se sentem ameaçadas pelo desemprego, precarização do trabalho, assistência social (algo que existe de fato nesses países), entre outros. Nesse sentido, a exclusão social ganha uma dimensão específica, pois está relacionada à geração de *novos excluídos*³.

³ Segundo Serge Paugam (apud VERAS, M. P. B. SPOSATI, A. e KOWARICK, L, 1999), nos países centrais da Europa, como na França, para uma pessoa se sentir excluída basta ela perder o emprego. É o que o autor chama de “pobreza desqualificante” ou “desqualificação social”, onde as pessoas se sentem excluídas devido ao projeto pessoal fracassado de estabilidade econômica. Nesse sentido, ficam evidentes as diferenças da noção de exclusão social diante do contexto, pois para o autor, para o Sul da Europa (onde os países são mais pobres e a economia nunca foi muito próspera) ele usa o conceito de “pobreza integrada”, menos brutal que a outra devido à integração social entre os pobres e para os países escandinavos, ele usa o conceito de “pobreza marginal”, o mais desqualificante de todos.

Já nos países subdesenvolvidos, onde esse padrão de integração social, bem-estar e pleno emprego nunca foram atingidos (e dificilmente atingirá), a sensação de exclusão se dá a partir de referências mais extremas como a total marginalização dos moradores de rua, sem-teto, drogados, etc. Além disso, essa linha entre o sentimento de exclusão e a inclusão é menos abrupta e mais tênue, pois as pessoas podem morar em uma favela, ter um trabalho informal e mesmo assim se sentirem incluídas na sociedade seja pelo consumo ou pela rede de proteção social da vizinhança ou família.

Com isso, temos que considerar as diferentes repercussões que a lógica capitalista da atualidade gera nos países. No Brasil, podemos citar a escalada de processos excludentes decorrentes da reestruturação capitalista mundial, principalmente da reestruturação produtiva, que nesse país acarretou em um aumento da parcela dos excluídos, que, acirrada pela adoção de medidas política-econômicas, culminaram em um contexto amplo de precarização da renda das famílias e da ocupação dos trabalhadores.

Reestruturação produtiva e a escalada da precarização do trabalho no Brasil dos anos 1990: elementos de elevação da exclusão

O problema da exclusão social no Brasil está longe de ser um assunto recente, pois ele está impregnado em nossa história de formação social, marcada pela colonização exploratória, genocídios e escravidão. Porém, a atenção para a necessidade de formular políticas públicas e garantir a inclusão das populações via ações do Estado e dos mecanismos de mercado, isso sim é recente.

Há, obviamente, uma forte relação entre crescimento econômico e geração de empregos. No período correspondente a atuação do Estado desenvolvimentista, delimitado, grosso modo, entre as décadas de 1940 a meados de 1970, o Brasil cresceu aceleradamente, marcado pela política industrial de “substituições de importações” com um endividamento externo também acelerado.

Nesse contexto, a sociedade brasileira passou por mudanças estruturais, apresentando uma inversão de população que migrou do campo para as cidades em virtude de processos como a modernização da agricultura, a política industrializante, a integração nacional, entre outros. Em 50 anos, a população brasileira que vivia nas cidades passou de 12 milhões para 130 milhões de pessoas que engrossaram os bolsões de pobreza urbanos, principalmente os metropolitanos.

Nesse ritmo, os circuitos da economia urbana (principalmente das metrópoles) não absorveram esse contingente de mão-de-obra não qualificada e em geral destinada ao subemprego, pois o crescimento da economia foi realizado a partir da lógica das corporações multinacionais, com o Estado pouco interferindo na equalização desse processo.

Desse modo, mesmo com décadas de crescimento econômico, no Brasil a exclusão social no campo e na cidade esteve acentuada pelas especificidades da submissão econômica dos países subdesenvolvidos, que tornaram-se extensão das economias centrais através da oferta de ótimas oportunidades de investimentos para as empresas estrangeiras, com mão-de-obra abundante e barata, recursos naturais à disposição da exploração predatória, etc.

Isso se agrava, principalmente nas regiões metropolitanas, quando o ritmo da atividade econômica no mundo decresce e o Brasil é afetado em cheio pelas sucessivas crises internacionais que, aliadas aos novos reajustes dos Estados e dos

setores econômicos, demonstram o esgotamento do modelo de regulação fordista de produção vigente até então.

A partir dos anos 1980, o Brasil “mergulha” em uma grave recessão econômica. A inflação estava em patamares históricos, o PIB não parava de cair e o resultado dessa combinação foi um movimento massivo de desemprego e queda da renda dos trabalhadores.

Nessa época, entre as turbulências políticas da transição democrática, vários planos de estabilização foram lançados, com o objetivo de estabilidade macroeconômica com o controle da inflação. Vele lembrar que isso ocorre em um contexto onde a ideologia neoliberal é disseminada, amplamente imposta e adotada pelos países subdesenvolvidos como o Brasil, ao mesmo tempo em que esses tentavam refazer sua democracia e sua economia.

A combinação desses fatores com a reestruturação capitalista mundial teve resultados perversos. Mattoso (1995) destacou em seu livro “*O Brasil desempregado*” como o país perdeu 3 milhões de empregos nos anos 1990, aliado a aceleração do avanço do trabalho precário. Dupas (2004) apresenta um ensaio sobre os fracassos e sucessos do Plano Real (1994) em seu período pós-estabilização.

Ambos os autores, entre outros [FURTADO (1983), POCHMANN (1999, 2001) SINGER (1998)], apresentam o quadro precário em que o mundo do trabalho foi submetido devido à reestruturação produtiva agravada pela abertura econômica e comercial ampliada, piorando o quadro de pobreza e exclusão social principalmente nas regiões metropolitanas, onde a economia depende mais do papel da indústria.

Nos anos 1990, ocorre uma ruptura do antigo paradigma do mercado de trabalho, onde o setor industrial passa a adotar novas formas de relação contratual com os trabalhadores. Essas relações precarizam ainda mais sua condição e livra os empregadores de encargos sociais como pagamento de previdência, planos de saúde, transporte, entre outros “benefícios” que esse setor da economia sempre ofereceu.

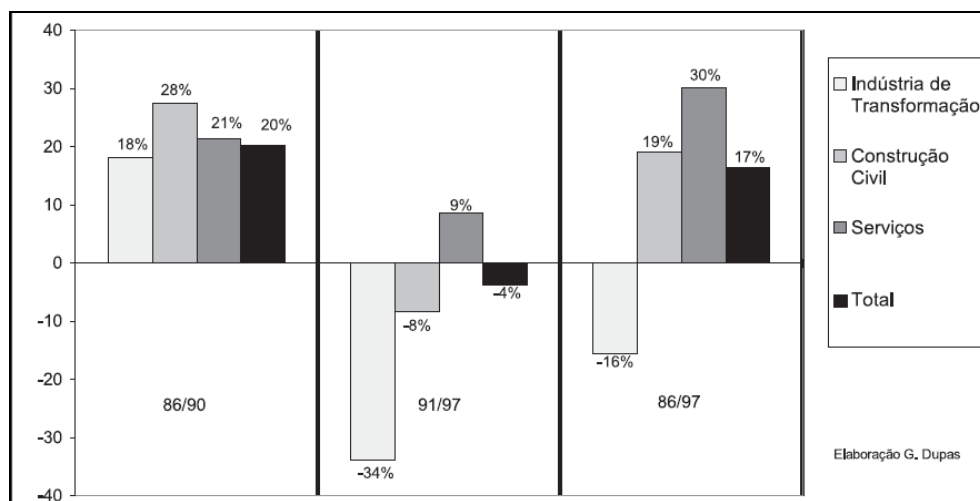
A estabilidade do trabalho formal, com carteira assinada, passa a ser artigo de luxo, onde a estratégia competitiva das empresas está em adotar novas formas de relação entre capital e trabalho, quais sejam:

- Trabalho terceirizado: onde a redução dos custos fixos do trabalho e integração pelos líderes das cadeias produtivas de inúmeros parceiros independentes;

- Trabalho flexível: instrumento onde o trabalhador tem contrato temporário, quase sem direitos fornecidos pela empresa. Essa estratégia enxuga os custos fixos com mão-de-obra em cenários incertos e estagnados.

Nesse contexto, ramos industriais que antes eram os grandes empregadores como a indústria automobilística, passaram a se modernizar, adotando tecnologias poupadoras de mão-de-obra, além do mesmo ter ocorrido em setores como bancos e outros serviços.

Gráfico1: Porcentagem de empregos gerados (perdidos) por setor de atividade – Brasil Metropolitan* – 1986 – 1997.

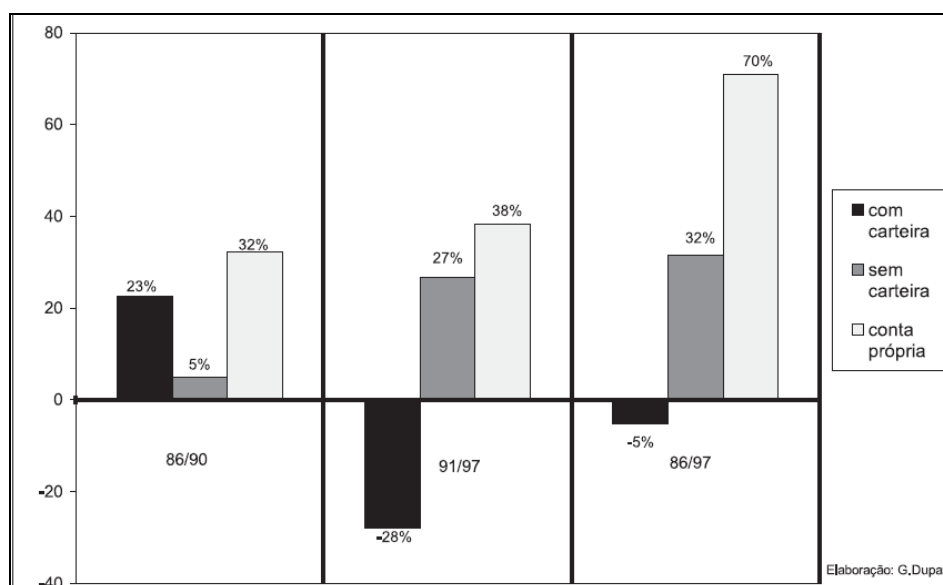


* Agregação das regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

FONTE: IBGE – DUPAS, 1998.

Nesse período a grande alteração foi a dramática queda dos empregos industriais e o forte crescimento do emprego em serviços, setor no qual o informal é mais típico (Gráfico 1). Essas conclusões precisam ser relativizadas pelo processo de desconcentração industrial das regiões metropolitanas para cidades menores, visando às condições sindicais, fiscais e salariais mais favoráveis ao empregador; mas no geral, a queda dos empregos industriais apresentada foi devido aos processos supracitados.

Gráfico2: Porcentagem de empregos gerados (perdidos) por posição na ocupação – Brasil Metropolitan* – 1986 – 1997.



* Agregação das regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

FONTE: IBGE – DUPAS, 1998.

Esse cenário acarretou na escalada da informalidade (como destacado no Gráfico 2), pois para os pobres essa era a única alternativa para garantir renda, principalmente em um contexto de Estado mínimo e sem sistema de proteção social. Isso levou ao aumento da exclusão social no sentido de que as milhões de famílias atingidas por essa lógica perversa não possuíam renda mínima necessária para a aquisição da cesta básica alimentar, mais o custeio das necessidades mínimas de moradia, transporte e vestuário.

Dessa forma, fica evidente que no Brasil a reestruturação produtiva (e do próprio modo de produção em escala global) tornou-se um processo excludente ampliado, pois em apenas uma década é alterada a referência do mercado de trabalho, que deixa de ser o formal, com carteira assinada e direitos adquiridos, e a possibilidade de obter uma ocupação passa a ser maior no setor informal, mas a referência social continua a ser, no inconsciente coletivo, estar empregado no setor formal.

Considerações finais

O processo de reestruturação capitalista, muito oportuno para a vitalidade do capitalismo contemporâneo, traz consigo características sombrias que afetam trabalhadores em todo o mundo. Por um lado, ele leva ao desemprego de milhões de pessoas que antes viviam com estabilidade, por outro, cria novos espaços de absorção de mais-valia a partir da exploração predatória do trabalho precário.

Esse cenário levou ao aumento da insegurança e da sensação de exclusão em lugares antes prósperos e piorou o quadro da frágil segurança dos trabalhadores por todo o mundo. No Brasil, a repercussão desses processos caracterizou-se por uma ampla escalada da informalidade e da exclusão social, onde a queda de renda das famílias foi drástica e os direitos do trabalho formal quase completamente perdidos.

É claro que esse assunto não se esgota aqui, mas podemos entender a relação entre a necessidade das empresas manterem seus lucros em momentos de crise conjuntural e o preço pago pelos trabalhadores, elo mais frágil da aliança fordista, na realização dos interesses dos grupos econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DUPAS, G. **Renda, consumo e crescimento.** São Paulo: Publifolha, 2004.

DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 12, 1998, p. 121 – 159.

FURTADO, C. **Não à recessão e ao desemprego.** São Paulo: Ed. Paz e Terra S/A, 1983.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho.** São Paulo: Ed. Página Aberta, 1995.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90.** 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.** São Paulo: Boitempo, 2001.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

VERAS, M. P. B. SPOSATI, A. e KOWARICK, L. **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam.** São Paulo: EDUC, 1999. ‘

*Recebido em 17 de junho de 2010.
Revisado em 17 de agosto de 2010.
Aceito em 17 de setembro de 2010.*